

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH MÉDIO JAGUARIBE

Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, das 9:00 às 13:00 horas, estiveram reunidos no Auditório do Núcleo Administrativo do Complexo Castanhão – DNOCS, no município de Alto Santo, os representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe, que teve como pauta: 1) Abertura; 2) Capacitação Básica: 2.1) Política Estadual de Recursos Hídricos; 2.2) Plano de Bacia; 3) Informes/Encaminhamentos; 4) Confraternização de fim de ano. Estiveram presentes: A Srta. Flaviana Guimarães de Lima – Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável de Semi-Árido – IRDSS – Tab. do Norte; o Sr. Antônio Deimy Moura dos Santos – Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Potiretama; o Sr. Joaquim Cludo Nogueira – Federação das Associações de Dep. Irapuan Pinheiro – FAMDIP; o Sr. Francisco Otacílio Diógenes Olegário – Associação Sócio Comunitária da Agrovila Riacho da Serra – Alto Santo; o Sr. José Valderi de Almeida Pimenta – STTR de Iracema; o Sr. Joseane Silveira de Moraes – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Pereiro; O Sr. Francisco Holanir Cabral – Associação de Fomento a Caprino Ovinocultura de Gado de Leite de São João do Jaguaribe; O Sr. vicente Bibiano Caetano – Associação dos Pescadores do Açude Castanhão – APAC – Alto Santo; o Sr. Antônio Moraes Honório – Associação Desenvolvimento C. Francisco M. do Nascimento; a Sra. Damiana Alves Bruno – Associação Comunitária dos Assentados de Boa Esperança; o Sr. Daniel Linhares Gonçalves – Câmara Municipal de Jaguaribara; o Sr. Francisco Edésio de Oliveira – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATECE – Jaguaribe; a Sra. Márcia Caldas – Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH – Fortaleza e o Sr. Allysandro Soares Herculano Barbosa Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará – SDA – Fortaleza. A COGERH/Limoeiro do Norte estava representada pelo Sr. Cleilson Pinto de Almeida – Analista em Gestão de Recursos Hídricos; o Sr. Hermilson Barros de Freitas – Coordenador do Núcleo Técnico; a Sra. Emília Regis e a Sra. Maria Ley, Apoios do Núcleo de Gestão. A reunião foi iniciada pelo Sr. Daniel Linhares Presidente do Comitê que saudou a todos, leu a pauta do dia e agradeceu pela presença dos representantes do Distrito de Feiticeiro. Agradeceu também as instituições SEMA e SISAR pela doação dos brindes para o comitê. Agradeceu a presença da Sra. Clara Sales – Gerente da Gestão Participava da COGERH – Fortaleza. Em seguida a Sra. Emilia Regis leu a ata da 45ª Reunião Ordinária. Logo após a Sra. Márcia Soares Caldas – Orientadora da Célula de Articulação de Usuários (CEART) – secretaria dos recursos hídricos – SRH saudou a todos e sugeriu que como havia sido ela que tinha sugerido a leitura da ata, que ao invés de ler na hora da reunião, que fosse enviada por e-mail uma semana antes e feita as considerações na reunião. Em seguida deu início a capacitação iniciando com o tópico: Política Estadual de Recursos Hídricos. Discorreu sobre a importância da informação, do conhecimento; do Sistema Integrado de Recursos Hídricos. Com embasamento legal na Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 14.844/2010 e tem como objetivo planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos no estado do Ceará. Mostrou alguns capítulos da Lei 14.844/2010 e salientou o cap. VIII – do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH; destacando o que é CONERH, suas competências e composição, bem como os órgãos integrantes da Política estadual de Recursos Hídricos: SRH - órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos com competências para implementação da PERH; COGERH - Órgão de Gerenciamento de Recursos Hídricos para implementação da PERH, destacando suas competências e por último apresentou o que é Comitê de bacias, suas competências; os instrumentos e Ferramentas frisou que não podem faltar para um membro de Comitê: - Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) - Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 14.844/2010) - Decreto dos Comitês (nº 26.462/2001) e o Regimento dos Comitês; Por fim esclareceu como o CBH se manifesta? Sendo que de acordo com o Decreto nº 26.462/2001 – Art. 9 § 8º, as matérias discutidas pelos Comitês, após a votação, enquadrar-se-ão

como: I – Resolução – quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do Comitê (assinada pelo Presidente do CBH – após deliberação em ata do colegiado); II – Moção – manifestação de qualquer natureza relacionada com os recursos hídricos (rubricada por todos do colegiado). Terminada a apresentação a mesma deixou seu e-mail: marcia.caldas@srh.ce.gov.br e o telefone (85) 3101-40.23 para contatos. Parabenizou a gerência de Limoeiro do Norte pelo CD feito para o Comitê do Baixo Jaguaribe. Logo após o Sr. Cleilson Almeida apresentou uma Capacitação Básica sobre o Plano de Bacias do Médio Jaguaribe, elaborado no ano de 1999, sendo este estudo dividido em 3 fases: a) Diagnóstico; b) Planejamento e c) Programas de Ação. Passando a detalhar todas as fase do plano. A Sra. Clara Sales complementou informando que todos esses planos na época surgiram a partir de estudos que foram feitos nas bacias e sugeriu ao comitê que cobrasse para saber se foram cumpridos ou não. Passando ao próximo ponto da pauta, o Sr. Cleilson convidou o Sr. Hermilson Barros para apresentar a situação hídrica dos reservatórios da bacia. O mesmo apresentou que o volume do Castanhão 100% cheio é de 6.700.000.000 m³ e que no dia 17 de dezembro de 2015 estava com 779.000.000m³ ou seja 11,63% de sua capacidade. Em seguida apresentou um breve relato da evolução aporte na bacia desde o ano de 1986 até hoje, lembrando que a bacia atualmente encontra-se com 5 reservatórios secos. Mostrou também imagens da situação dos açudes: Açude riacho da serra, localizado no município de alto santo em 10/11/2015; Açude Figueiredo, localizado no município de Alto Santo em 10/11/2015.; Açude Santa Maria, localizado no município de Ererê em 10/11/2015. O Sr. Holanir Cabral informou que segundo Baman dentro do açude Figueiredo existe um poço que não seca nunca e poderia ser usado para ajudar no abastecimento das cidades. O Sr. Hermilson deu continuidade apresentando o nível da barragem de Itaiçaba. Apresentou também ações realizadas COGERH e CAGECE para melhorar a captação do município de Russas nos dias 05 e 06/12/2015. Informou que cerca de 250 carros-pipa dia captam água no Eixão das Águas Trecho I em Morada Nova. Terminada a apresentação do Sr. Hermilson, o Sr. Daniel informou que as ondas liberadas do Castanhão, cortou o acesso a Jaguaribara e tem sido conflitante pois está cortando o turismo na região e informou ainda que a Dra. Débora Rios disse que ia consertar a referida passagem, e que o mesmo gostaria de saber como está esse processo, se não houver previsão, propõe como encaminhamento o convite à Dra. Débora Rios, para na próxima reunião do comitê ela apresente o projeto de recuperação desse acesso. A Sra. Clara sugeriu como encaminhamento enviar ofício solicitando relatório e cronograma que o estado tem para a obra. O Sr. Hermilson falou da desobstrução de passagem que estão sendo realizados e com relação ao problema citado por Daniel, o Sr. Hermilson respondeu que está sendo feito esforços para recuperar o acesso, mas tem dificuldade de conseguir os tubos, e que ele não sabe responder qual a previsão para se conseguir novos tubos. O Sr. Otacílio Diógenes perguntou ao Sr. Hermilson quem consertará essas passagens molhadas ao longo do rio Jaguaribe, que foi desobstruída pela COGERH? O Sr. Hermilson respondeu que a maioria delas está irregular, e que a maioria foi feita pelas prefeituras sem licenciamento e com projetos inadequados, daí a necessidade de se desobstruir para permitir o fluxo normal das águas ao longo do rio, até a passagem molhada de Itaiçaba, ondo localiza-se a captação do Canal do Trabalhador. O Sr. Allysandro perguntou com relação a Barragem de Santana em Jaguaribe. O Sr. Hermilson respondeu que estão vendo o que pode ser feito, e fala da possibilidade de janelamentos. O Sr. Antônio Deimy falou que como a prioridade é abastecimento humano, sugere que seja analisado como está essa distribuição da água, tendo em vista que se cobra racionamento da população, mais continua os usos de irrigação e carcinicultura. O Sr. Hermilson respondeu que na reunião dos vales foram estabelecidos percentuais de restrições aos diversos usos: Irrigação de culturas temporárias e carcinicultura (50%), culturas permanentes (25%) e suspensão de usos sem outorga, com exceção de áreas de pequenos agricultores familiares até 5,0 ha. Mas na realidade essa restrição ainda é desrespeitada, sendo que que quando fiscalizados, gerou termos de embargo, de compromisso. Esclareceu que a COGERH não tem poder de polícia. O Sr. Valderi sugeriu que fosse feita uma chamada para que IBAMA, SEMACE E DNOCS viesse para as reuniões. O Sr. Joseane disse que a CAGECE diz que consegue tratar a água, mas não consegue, pois a água chega podre as torneiras. O Sr. Daniel sugere como encaminhamento enviar ofício convidando CAGECE e SAAE

para próxima reunião, para que seja apresentado informações de como está o abastecimento das sedes dos municípios do Médio Jaguaribe. Prosseguindo o Sr. Cleilson deu início aos informes falando da reunião com concessionárias de água que se reuniam semanalmente e passou agora a ser mensal, sendo que a próxima reunião será realizada no dia 06/01/2016 na COGERH Limoeiro do Norte. Logo após a Sra. Damiana perguntou o que de fato o comitê poderia encaminhar para solucionar a situação do pessoal que foi expulso do figueiredo, pois os mesmos não tem direito a água, e a área continua invadida por ex-proprietários que criam animais e fazem irrigação dentro do açude. A Sra. Clara respondeu que com relação a irregularidade o que pode ser feito é relatório para denuncia qualificada a ANA. Quanto a área pública é responsabilidade do DNOCS ele é quem responde. A Sra. Damiana diz que quando se faz uma denúncia ao DNOCS, o mesmo revela o autor da denúncia, dizendo que essa situação é comum também em outros reservatórios. O Sr. Daniel tirou como encaminhamento convidar a FUNCEME para participar da próxima reunião. O Sr. Cleilson colocou como encaminhamento que fosse elaborado ofício do CSBH solicitando fiscalização do DNOCS nos açudes Figueredo, Castanhão, Ema e Canafistula. Prosseguindo informou que na reunião de avaliação da operação do Sistema Orós/Feiticeiro (açude Joaquim Távora) em Jaguaribe, ficaram definidos alguns encaminhamentos: 1. Sobre os Carros-pipas – Ver com o DNOCS/Defesa civil a reorganização dos carros-pipas para retirada de água do Pedra Branca e do Canal e não mais do Feiticeiro; 2. Envio de denúncia qualificada para a ANA – sobre usos irregulares no entorno do açude, que já foi encaminhado pela COGERH e 3. Renovação da Comissão Gestora – a comissão de moradores recorreu ao CONERH para deliberar sobre o tema. Em seguida a Sra. Márcia Caldas informou que no parecer do CONERH foram feitas 3 recomendações: 1. Devolvam-se os autos à Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe/Secretaria Executiva, a fim de proceder a um novo processo de renovação da Comissão Gestora do Sistema Orós – Feiticeiro, uma vez que o Comitê de Bacia Hidrográfica é o foro administrativo competente, que deverá convocar Assembleia para eleger os novos membros do Plenário da CG, de acordo com o art. 2º, § 3º da Resolução CONERH nº 02/2007, cabendo à Secretaria Executiva desse comitê mobilizar os setores envolvidos para participação; 2. A operação do sistema hídrico Orós – Feiticeiro deve prosseguir, independente da existência da Comissão Gestora, submetendo-se as deliberações de vazão e alocação negociada de água ao referendo do Comitê de Bacia Hidrográfica correspondente, competente para dirimir os conflitos existentes em primeira instância administrativa, de acordo com o art. 46, inciso III da Lei Estadual nº 14.844/2010; 3. Preceda-se a fiscalização pelo uso irregular dos recursos hídricos do açude público federal Joaquim Távora cuja competência é da Agência Nacional de Águas – ANA, devendo a SRH/COGERH, caso haja irregularidade, informar a ANA por formulário de denúncia qualificada, de acordo com a Resolução nº 1047/2014. A Sra. Aline Teixeira Peixoto falou que foi sugestão de Paulo Miranda procurar o CONERH, mas sabem que quem delibera é o comitê. E diz que a comunidade não aceitava renovar, pois esperava que a COGERH admita o erro, que a COGERH quer fazer parecer que a comissão gestora era de quatro anos e que essa mesma comissão alocou sem estar podendo, pois estava vencida a Comissão Gestora, podendo ser canceladas as decisões nesta referida alocação. E apresentou dados informando que no período de Julho de 2014 a Julho de 2015, somente com consumo humano (6 l/s) como demanda e a evaporação, foram consumidos 26,23% do volume, equivalente a 7,02 milhões de metros cúbicos. Que baseados em dados socializados na última reunião da COGERH o consumo estava em torno de 36 l/s. A comunidade vê o açude baixando rapidamente e se questiona: Se em 1 ano, Julho 2014 a Julho 2015 se consumiu 26,23%, como a atual capacidade de 26,50% é suficiente para o período de todo o ano de 2016 e até julho de 2017 como assegura a COGERH? É preciso lembrar que, neste período em questão, o consumo era somente o humano e da sede do distrito. Hoje, são acrescentados oito rotas com 247 carradas de caminhões pipas registradas; inúmeros outros sem registros para levar água aos sítios na dessedentação animal; e outros municípios. Sem falar no uso de irrigação e aquicultura da montante. Resumindo, por esses dados apresentados parte da população vêm defendendo a necessidade de uma recarga e que neste momento de estiagem seja para o abastecimento humano e animal como prevê a Política Nacional de Recursos Hídricos. Mostrou

imagens com os usos de água a montante e as irregularidades com relação a legislação: Uso de área considerada “vazantes” ferindo o Código Florestal e Resoluções do DNOCS referente ao uso: Adubos orgânicos (cama de aviário e esterco animal); Fertilizantes (como ureia); Agrotóxicos. descumprimento do “pacto social” feito junto ao ministério público estadual e COGERH: Antes: 20 hectares quantidade de motores: 28. Pactuado: reduzir a área irrigada: 20 para 13 hectares. Não colocar novos motores: Realidade em outubro: dos 20 hectares, em vez de redução para os 13 pactuados, a COGERH disse não poder calcular plantações das vazantes. Segundo o chefe do DNOCS foram acrescentados 30 hectares e que apenas alguns que pactuaram que reduziriam a área irrigada cumpriu. Outros aumentaram os usos e ainda outros entraram a mais. Os motores passaram de 28 para 43 até o momento do novo levantamento. Irrigação no primeiro levantamento era de 38,39% do consumo, já nos dados do segundo levantamento é de 68,59%. Reconhece a ausência de representatividade da CG e que cabe ao comitê de bacia em primeira instância administrativa arbitrar os conflitos usando das suas atribuições enquanto comitê, a comunidade de feiticeiro solicita que seja criada uma comissão especial para visita da bacia do açude Joaquim Távora. E solicita que após verificação “in loco” o comitê delibere sobre os usos da água na montante. Por fim diz saber que o processo da CG foi bem feito e bem trabalhado. Que a comunidade quer reconhecimento da COGERH que a CG estava vencida. Finalizou informando que vieram socializar o que estava sendo feito com o açude Feiticeiro e pede ao comitê de bacias (já que é 1ª estância) arbitre conflito. E que se é pra ter uma comissão vencida que trabalha em uso próprio, que é melhor ficar sem e se a CG é vencida, o que ela deliberou é irregular. A Sra. Clara diz que a alocação já que foi referendada pelo próprio comitê, uma vez que ela foi feita dentro dos parâmetros estabelecidos pelo CSBH, e que a alocação realizada se encerra no final do ano. Porém explica que quanto aos motores é um problema da ANA que vai verificar e emitir parecer, conforme denúncia qualificada já encaminhada a ANA. Prosseguindo, foi criada uma comissão eleitoral do Comitê para acompanhar processo para renovação da comissão gestora do Sistema Orós/Feiticeiro, formada pelo presidente do CSBH, Daniel Linhares; EMATERCE de Jaguaribe, Prefeitura de Jaguaribe, Associação Desenvolvimento C. Francisco Moraes do Nascimento e DNOCS. Ficou deliberado também que a previsão para o seminário será em abril e posse em maio e o diagnóstico institucional será iniciado em dezembro. Em seguida a Sra. Clara informou que o Estado está promovendo estudo para qualidade de água, PIFORAR. O resultado será apresentado até o final do ano que vem, a fim de ser criado um anti projeto de lei para qualidade de água no Ceará. E gostaria que fosse criado no comitê um grupo de trabalho para acompanhar o projeto. Falou da pesquisa que será feita toda a reunião, a fim de melhorá-las. A Sra. Ley alertou quanto ao aviso de faltas que não estava sendo emitido pelas instituições e que muitas delas estavam com faltas excesso de faltas, conforme previsto no regimento interno, que é duas faltas consecutivas ou 4 alternadas sem justificativa. Em seguida o Sr. Daniel Linhares sugeriu como Encaminhamentos: 1. que seja apresentado na próxima reunião o levantamento das instituições com excesso de faltas às reuniões; 2) Que fosse feito no planejamento do colegiado a apresentação dos gastos e recursos disponível ao comitê; Finalizando, o Sr. Daniel Linhares agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião e, eu Holanir Cabral, Secretário do Comitê do CSBH Médio Jaguaribe, lavrei a presente Ata, que segue assinada pelos membros presentes a reunião.